

O Controle Externo e suas estratégias de formação: O Tribunal de Contas do Estado do Ceará – TCE-CE e sua Escola de Governo

Paulo Alcântara Saraiva Leão
Secretário Executivo – IPC/TCE-CE
pauloalcantara@tce.ce.gov.br

Maria Hilária de Sá Barreto
Diretora Executiva - IPC/TCE-CE
hilaria@tce.ce.gov.br

Resumo

O aperfeiçoamento profissional e humano das pessoas que fazem uma organização é fundamental para que ela desempenhe bem sua missão e alcance seus objetivos. É por meio da valorização do trabalho, que se torna possível atingir as metas estabelecidas para a instituição e o aumento de produtividade de seus colaboradores.

Com essa premissa, o Tribunal de Contas do Estado do Ceará (TCE-CE), órgão responsável pelo controle externo da administração pública do estado (níveis estadual e municipal), vem sempre empenhando esforços no desenvolvimento de seus servidores, jurisdicionados e da sociedade, por meio de capacitações que aperfeiçoem as competências profissionais, comportamentais e organizacionais, com atividades educacionais, nos campos do ensino, pesquisa e extensão, nas modalidades presencial e a distância, objetivando ampliar, reciclar e compartilhar conhecimento. Nesse sentido, o TCE-CE, de forma pioneira, implantou em 1995 sua Escola de Contas, o Instituto Escola Superior de Contas e Gestão Pública Ministro Plácido Castelo (IPC), responsável pelas ações educacionais do Tribunal.

Neste artigo, apresentamos a trajetória do IPC, até o presente momento, destacando sua razão de existência, atividades desempenhadas, realizações e feitos mais significativos, em benefício de uma gestão pública de excelência e uma correta aplicação dos recursos públicos do estado do Ceará.

Palavras-chaves: Tribunal de Contas; Escola de Contas; Capacitação; Educação Corporativa; Administração Pública; Controle Externo

O Instituto

O Tribunal de Contas do Estado do Ceará (TCE-CE) é a instituição pública responsável pelo controle de bens e recursos públicos estaduais e municipais, promovendo a ética na gestão pública, visando garantir o exercício pleno da cidadania da população cearense. Tem a competência constitucional de fiscalizar e julgar a boa e regular aplicação dos recursos públicos pelos administradores e demais responsáveis, auxiliando a Assembleia Legislativa do Estado no exercício do controle externo. O combate e prevenção à ilegalidade, à corrupção, ao descaso, ao desperdício, a falhas intencionais e ao uso pessoal da máquina estatal são objetos do controle exercido pelo TCE-CE.

O Instituto Escola Superior de Contas e Gestão Pública Ministro Plácido Castelo (IPC) é o órgão do TCE-CE, responsável pela condução das ações educacionais do Tribunal. Sua razão de existir é compartilhar conhecimentos, o que promove a democratização do saber, fim de todo processo educacional, buscando com isso promover o desenvolvimento dos servidores do TCE-CE e de seus jurisdicionados visando ao aperfeiçoamento do controle governamental externo e da gestão pública. É por meio do IPC que o TCE-CE exerce sua função educacional, capacitando os jurisdicionados sobre processos, procedimentos e melhores práticas de gestão, mediante publicações, realização de cursos, treinamentos, seminários, congressos, apresentações, reuniões de orientação, dentre outras ações de caráter educativo.

Para desempenhar a contento sua missão, o Instituto traçou os seguintes objetivos:

- Promover e organizar cursos e treinamentos de aperfeiçoamento, como também cursos de pós-graduação *lato e stricto sensu*, para os servidores do TCE-CE e de seus jurisdicionados;
- Fomentar o aprimoramento do controle social;
- Desenvolver atividades de pesquisas e estudos sobre questões relacionadas com as técnicas de controle interno e externo da Administração Pública;

- Promover e organizar simpósios, jornadas, seminários e outros eventos;
- Produzir publicações relativas à sua missão e a do TCE-CE, tais como a Revista Controle, informativos, manuais e outros documentos.

Desejando ampliar o alcance de suas atividades, para chegar mais perto do real beneficiário das políticas públicas, a partir de 2012, o IPC incluiu a sociedade no público-alvo de suas ações educacionais.

Os cursos e eventos ofertados pelo IPC são primordialmente nas áreas de gestão pública, controle externo, auditoria governamental, finanças e contabilidade pública. Além das áreas de ensino e pesquisa, o IPC atua também na área de extensão, com a oferta de cursos e eventos, bem como a realização de atividades que buscam abrir o TCE-CE à sociedade.

Como parte de sua estrutura organizacional, o IPC conta com a Biblioteca Ministro Raimundo Girão, especializada em direito administrativo, financeiro e constitucional. A biblioteca é aberta ao público para consultas.

O desempenho do Instituto fundamenta-se em seu Projeto Político Pedagógico e Andragógico (PPPA), documento norteador de toda a ação educacional do IPC. O objetivo do PPPA é definir parâmetros, procedimentos e diretrizes educacionais de modo a servir de orientações nas ações e projetos de iniciativa do IPC, no âmbito da educação corporativa. Conforme previsto neste documento, o IPC pauta sua atuação na área educacional baseada em quatro modelos de gestão: Modelo de Administração e Sustentabilidade, Modelo Educacional, Modelo Tecnológico e Modelo da Visão Sistêmica, sendo o PPPA parte integrante do Modelo Educacional.

O IPC, na condução de suas atividades, adota padrões de qualidade na área de capacitação, baseados nas normas NBR ISO 10015/2001, ou seja, obedece as etapas fundamentais para o ciclo de treinamento: diagnóstico de necessidades de desenvolvimento, planejamento de ações educacionais, execução de ações educacionais e avaliação dos resultados das ações.

Criação e instalação

O Instituto Escola Superior de Contas e Gestão Pública Ministro Plácido Castelo (IPC), criado em 1995 pela Lei Orgânica do TCE-CE Nº 12.509/95, figura como uma das escolas de contas mais antigas do país. Seu nome é uma homenagem ao ex-governador do estado do Ceará e ex-membro desta Corte de Contas, Ministro Plácido Aderaldo Castelo, personalidade relevante na história do TCE-CE e com reconhecida contribuição para o desenvolvimento do Ceará.

Já em 2002, a semente do IPC foi plantada, com a realização do curso de pós-graduação "Gestão e Modernização Pública" para servidores do Tribunal, em parceria com três universidades, sendo uma federal (a Universidade Federal de Pernambuco – UFPE), uma estadual (a Universidade Estadual Vale do Acaraú – UVA), e uma internacional, a Universidade Internacional de Lisboa. Este feito é considerado pioneiro entre órgãos públicos do Brasil.

Embora criado em 1995, o IPC iniciou efetivamente suas atividades em 2008, quando foi implementado, por meio da Resolução TCE-CE 2.722/2007, quando foram estabelecidas suas atribuições e estrutura organizacional. Neste mesmo ano, o Instituto foi instalado em sua sede atual, em edifício anexo ao TCE-CE. Com a instalação, foram empossados o corpo diretivo e a equipe de colaboradores do Instituto, que imediatamente iniciaram os trabalhos, a partir da construção de forma compartilhada de seu planejamento estratégico.

Já em 2011, com a Resolução Administrativa 5/2011, uma importante mudança foi efetivada no perfil do IPC, que passou a denominar-se Instituto Escola Superior de Contas e Gestão Pública Ministro Plácido Castelo. Isso elevou o potencial educacional do Instituto, bem como ampliou o campo de atuação, permitindo-o alcançar vãos mais altos.

A criação do IPC foi um marco importante para o TCE-CE e para a administração pública estadual e municipal, pois teve como intuito estimular no Tribunal uma atuação mais pró-ativa em relação aos gestores públicos. Ao invés de atuar apenas na fiscalização da aplicação dos recursos públicos, atentando aos requisitos legais e de desempenho, com a entrada em operação da Escola de Contas, o Tribunal

passou a capacitar permanentemente os servidores públicos, buscando prevenir o mau uso dos recursos públicos. O papel do Tribunal passou a ser, a partir daquele momento, não só fiscalizar, eventualmente aplicando sanções aos administradores públicos, mas também capacitá-los e orientá-los. Um gestor bem capacitado tenderá a não cometer erros nos trabalhos sob sua responsabilidade.

Capacitação

Ao longo de sua existência, centenas de eventos foram promovidos, onde inúmeras oportunidades de capacitação foram ofertadas, tanto para o corpo funcional do TCE-CE, quanto para servidores dos órgãos e entidades jurisdicionados, e a sociedade em geral.

As ações educacionais no âmbito interno são baseadas nas competências estabelecidas para os servidores, sejam elas técnicas, pessoais ou gerenciais, nas avaliações de desempenho, no planejamento estratégico institucional e nas demandas de capacitação levantadas pelas diversas áreas do Tribunal. O IPC, em parceria com o Núcleo de Recursos Humanos, desenvolve anualmente o plano de capacitação para os servidores do TCE-CE, com objetivo de torná-los ainda mais eficientes em suas funções, sendo ofertadas capacitações nas modalidades de educação presencial ou a distância.

No âmbito externo, são realizadas ações para aprimorar os conhecimentos dos servidores dos jurisdicionados do Tribunal, através de cursos voltados para os diversos temas afins à área de administração pública, também nas modalidades presencial e a distância. Essas ações são planejadas a partir de levantamento prévio das demandas dos servidores públicos estaduais e municipais, bem como de sugestões apontadas pelas áreas técnicas de fiscalização do Tribunal.

O propósito é contribuir para reforçar a atuação do TCE-CE na prevenção de irregularidades e de erros não intencionais por parte dos gestores públicos estaduais e municipais, por meio de capacitações planejadas e direcionadas.

Oportunidades para a sociedade

Os cursos ofertados para o público externo são também extensivos à sociedade. Em geral, um percentual médio de 15% das vagas, em cursos a distância selecionados, são destinadas a pessoas da sociedade, não ligadas ao TCE-CE nem à administração pública estadual e municipal.

Cursos de Especialização

Três cursos em nível de especialização foram realizados pelo IPC, sendo dois em parceria com instituições de ensino superior, e o outro sendo certificado pelo próprio instituto.

Os cursos realizados em parceria foram os seguintes:

- Curso Especialização em Direito Previdenciário, em parceria com a Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA), no ano de 2008;
- Curso de Especialização em Auditoria Governamental, em parceria com a Universidade de Fortaleza (UNIFOR), em 2012.

Já o curso de Especialização “Fronteiras do Conhecimento em Auditoria Governamental: Desafios para o Século XXI”, iniciado em 2018 e com previsão prevista para agosto de 2019, será certificado pelo próprio IPC, a partir da obtenção pelo Instituto de credenciamento oficial emitido pelo Conselho Estadual de Educação do Ceará em 25 de outubro de 2017. O objetivo do curso é oportunizar o aprendizado de conceitos, técnicas e melhores práticas relativas ao novo perfil do auditor governamental do século XXI com vistas a qualificar o participante para exercer suas funções no mundo contemporâneo, desenvolvendo suas competências e habilidades pessoais e interpessoais, e dominando as técnicas e ferramentas mais atuais para o aumento efetivo da produtividade e da qualidade do trabalho desempenhado.

A motivação para o desenvolvimento do curso deveu-se à constatação de que o auditor governamental precisa ser capacitado para enfrentar os desafios em um mundo altamente dinâmico e complexo, onde as mudanças, a multi-

disciplinariedade, a sustentabilidade, a tecnologia e as relações interpessoais e parcerias têm forte impacto sobre as pessoas, organizações e governos. Neste sentido, novas competências precisam ser atendidas pelo “Auditor do Século XXI” no mundo contemporâneo, que deverá possuir uma ampla gama de habilidades não técnicas além de conhecimentos técnicos profundos.

O curso está estruturado conforme uma abordagem holística, considerando três dimensões interconectadas:

- O auditor enquanto ser humano e seus relacionamentos interpessoais;
- O contexto e ecossistema organizacional onde ele atua profissionalmente;
- As técnicas, ferramentas e processos que o auditor utiliza para atuar nesse ambiente.

Mestrado

O IPC realizou até o momento, dois cursos em nível de mestrado, em parceria com a Universidade Federal do Ceará (UFC):

- Mestrado em Economia do Setor Público, em parceria com o Centro de Aperfeiçoamento de Economistas do Nordeste (CAEN) da Universidade Federal do Ceará (UFC), tendo sido concluído em setembro de 2014;
- Mestrado em Administração e Controladoria, em parceria com a Faculdade de Economia, Administração, Atuária e Contabilidade (FEAC) da UFC, concluído em agosto de 2018.

Incentivo para participações em cursos de pós-graduação

Dentro de sua política de desenvolvimento de pessoas, o TCE-CE, por meio do IPC, incentiva a participação de servidores em cursos de pós-graduação (especialização, mestrado, doutorado e pós-doutorado). Anualmente, em torno de 30 oportunidades são ofertadas internamente. O incentivo contempla a concessão de auxílio financeiro para custeio parcial do pagamento do curso. No caso de curso realizado em outras regiões, incluindo no exterior, o servidor pode ser afastado para participar da

capacitação.

Palestras sobre Obras Públicas e Controle Social

O TCE-CE, por meio do IPC, desenvolve um programa de palestras sobre obras públicas e controle social em cursos de engenharia em universidades do estado. As palestras são realizadas por servidores do Tribunal atuantes na área de fiscalização de obras. Nos anos de 2016 e 2017, ocorreram 20 palestras (2 horas de duração) para um total de 1.128 alunos.

Capacitação de Gestores Escolares

Uma importante contribuição do IPC à melhoria da gestão pública no estado do Ceará é o programa de capacitação para os gestores escolares das escolas públicas estaduais. Denominado “Curso de Qualificação de Gestores Escolares em Prestação de Contas”, as capacitações são ministradas por técnicos do TCE-CE especialistas na fiscalização da Secretaria Estadual de Educação, e são realizadas tanto em Fortaleza, quanto em municípios do interior do estado.

A partir de 2018, esta ação de capacitação foi incorporada ao programa “TCEduc” (apresentado a seguir), quando o público foi ampliado consideravelmente, passando a contemplar as administrações públicas municipais. Até a incorporação, foram contemplados com a capacitação um total de 4.223 gestores de todos os municípios cearenses.

Programa TCEduc

O programa, iniciado em 2018, tem como objetivo promover a capacitação dos gestores e servidores públicos municipais e estaduais dos poderes executivo e legislativo, bem como da sociedade civil, para fomentar o desenvolvimento da gestão pública e o aprimoramento do controle social.

A capacitação consiste de cursos com construção interativa, em que os instrutores

apresentam *cases* extraídos de achados de auditoria, no âmbito da atuação do controle externo.

Outros eixos de atuação do programa contemplam os temas controle social, gestão escolar e gestão pública, enfocando os assuntos de maior relevância e interesse. No item controle social, destaque para a participação do “Programa Agente de Controle” (apresentado a seguir), por meio de diálogos sociais junto às instituições de ensino superior, escolas públicas estaduais e municipais. A Ouvidoria do Tribunal se integra também ao programa por meio de palestras em que apresenta os canais de interação e comunicação do TCE-CE com a sociedade.

Desde sua implantação, o TCEduc atingiu um total de 3.004 participantes, cobrindo todos os 184 municípios do estado.

Programa TCEduc na Academia

Desdobramento do Programa TCEduc, este programa visa favorecer o processo de comunicação e intercâmbio de experiências entre o TCE-CE e as instituições de ensino médio da rede pública e Instituições de Ensino Superior, no âmbito do Estado do Ceará. A implementação do programa se dá por meio da realização de palestras dialogadas para o público de estudantes, com abordagens sobre temas relacionados a atuação do TCE-CE e o incentivo ao exercício do controle social. Nas Instituições de Ensino Superior, as áreas de interesse priorizadas são direito, ciências contábeis, administração, economia, gestão pública, engenharia civil, bem como outras que tenham afinidades com o controle externo.

As ações do TCEduc na Academia já contemplaram 969 participantes de 10 instituições de ensino superior, em 3 municípios do estado, no período de 08 de outubro (início do programa) a novembro de 2018.

Educação a distância

Para ampliação do alcance de suas ações educacionais, o IPC lançou em 2012 seu

programa de Educação a Distância (Programa e-DUCANDO), com o objetivo de promover educação aberta, continuada e a distância, por meio da disponibilização de cursos, via Internet. Neste mesmo ano, foi criado o Núcleo de Educação a Distância (NEAD) para coordenar a oferta dos cursos na modalidade a distância, os quais são produzidos, disponibilizados e acompanhados integralmente pelo IPC.

Os cursos são realizados em plataforma de educação a distância própria, o Ambiente Virtual de Aprendizagem do IPC (AVA-IPC), em produção desde 2012, que é baseada em ambiente *Web* e na ferramenta livre Moodle (*Modular Object-Oriented Dynamic Learning Environment*). A equipe de tutores é formada primordialmente por servidores do TCE-CE, sob a coordenação do NEAD. A aceitação dos cursos ofertados tem crescido de forma bastante significativa, inclusive atraindo interessados de outros estados do país.

O IPC dispõe de estúdio multimídia, com pessoal, infraestrutura e equipamentos profissionais, para a gravação de vídeo-aulas, videoconferências, vídeos educacionais e programas institucionais de forma geral.

Programa TCEndo Leitura

Em outubro de 2014 foi lançado o programa “TCEndo Leitura”, promovido pela Biblioteca Ministro Raimundo Girão, unidade deste Instituto, com o objetivo de estimular o hábito da leitura entre os servidores desta Corte. O programa contempla primordialmente a realização periódica do evento “Café com Leitura: Contos & Encontros”, com o objetivo de promover a cultura por meio de debates e reflexões acerca de obras literárias, visando estimular discussões e reflexões acerca de obras literárias, proporcionando um momento de lazer e entretenimento e contribuindo com a gestão de conhecimento no Tribunal. Durante a existência do programa, 8 encontros foram realizados com a participação de destacados literatos conversando sobre obras selecionadas.

Além do “Café com Leitura”, o programa é composto por outras três ações: o “Sabor

da Leitura”, o “Biblioterapia” e a “Estante Livre”. Os dois primeiros visam incentivar a prática da leitura entre os servidores e colaboradores do Tribunal. A terceira ação visa a circulação ou doação de livros, que seriam destinados para reciclagem ou descarte, disponibilizados aos interessados em uma estante de livre acesso.

Ciclo de Palestras

De 2009 a 2015, o IPC promoveu em torno de 35 palestras sobre temas de interesse dentro da área de atuação do Tribunal. Para ministrar as palestras, eram convidados especialistas e personalidades da grande expressão, em nível estadual e nacional. Normalmente, além do público interno, as palestras também eram abertas a servidores e gestores públicos dos órgãos e entidades jurisdicionados.

A partir de 2016, o ciclo de palestras foi incorporado ao programa “TCE Debate”, sob a gestão da Presidência do Tribunal.

Números gerais da capacitação

Os números totais na área de capacitação, contemplando cursos e eventos ofertados pelo IPC, total de oportunidades (vagas) e horas-aulas, segmentados por tipo de público-alvo e modalidade de ensino, são os seguintes (de 2008 até outubro de 2018):

TOTAL GERAL DE CAPACITAÇÕES (REALIZADAS PELO IPC E POR OUTRAS INSTITUIÇÕES)		
Nº de Cursos/Eventos	Nº de Oportunidades	Nº de Horas
1.349	75.972	20.425
Presenciais: 1.067	Presenciais: 31.379	Presenciais: 13.539
EAD: 282	EAD: 44.593	EAD: 4.039

SERVIDORES/MEMBROS DO TCE		
Nº de Cursos/Eventos	Nº de Oportunidades	Nº de Horas
912	14.388	14.484

Presenciais: 762	Presenciais: 11.528	Presenciais: 10.625
EAD: 150	EAD: 2.860	EAD: 3.859

JURISDICIONADOS/SOCIEDADE		
Nº de Cursos/Eventos	Nº de Oportunidades	Nº de Horas
437	61.584	5.941
Presenciais: 305	Presenciais: 19.851	Presenciais: 2.914
EAD: 132	EAD: 41.733	EAD: 3.027

Os totais acima contemplam, além dos cursos realizados pelo próprio Instituto, ofertas de oportunidades de capacitação em eventos promovidos por outras instituições, incluindo cursos de pós-graduações em instituições de ensino superior, viabilizados para servidores do Tribunal.

Sistema de Gestão Educacional

Para dar suporte à gestão dos cursos, eventos e demais ações de capacitação, implantamos em 2012 o Sistema de Gestão Educacional (SIGED), um sistema de informações que permite a completa gestão dos eventos e oportunidades de capacitação ofertadas pelo IPC. O sistema é considerado referência nacional no âmbito das escolas de governo, já tendo sido cedido para 8 instituições, dentre elas o Instituto Legislativo Brasileiro (ILB) do Senado Federal.

Realização de eventos

Desde sua criação, o Instituto tem realizado diversos eventos, tanto para o seu público interno quanto para o externo, sempre com o propósito de democratizar o saber. Dentre os eventos, ressaltamos a realização de grandes seminários e congressos internacionais, em parceria com outras instituições ligadas à academia e à pesquisa, bem como agências governamentais na área do controle, do direito e da gestão pública.

Cooperação

A cooperação com outras instituições é considerada de muita relevância pelo IPC, como forma de ampliar seus horizontes e aumentar suas possibilidades de realizar atividades, para o desempenho de sua missão. Em 2009, estabeleceu cooperação técnica com o Tribunal de Contas da União (TCU), com o objetivo de promover intercâmbio de informações e cooperação técnico-científica para capacitação de recursos humanos. Em 2010 foi a vez da Escola Superior de Administração Fazendária (ESAF).

Em junho de 2018, o TCE-CE firmou, com Senado Federal, acordo de cooperação técnico-científica e cultural, bem como de intercâmbio de informações e experiências, por meio de ações e projetos de formação e aperfeiçoamento dos recursos humanos. A operacionalização do acordo ficou sob a coordenação do IPC e do Instituto Legislativo Brasileiro (ILB), a Escola de Governo do Senado Federal e órgão executor do Programa Interlegis. Este tipo de parceria, entre um tribunal de contas e o Senado, foi pioneira no país.

O IPC figura também como membro fundador da Rede Estadual de Escolas de Governo do Ceará, tendo organizado e sediado o I Encontro das Escolas de Governo do Estado do Ceará, realizado em novembro de 2009. Desde abril de 2016 exerce a coordenação da rede. A rede, formada por 12 doze escolas, é uma estratégia de articulação, troca de experiências, debates coletivos e construção de conhecimento, com vista a implantação e aprimoramento das políticas de formação e educação permanente para os trabalhadores do serviço público.

Outra participação do IPC em rede se dá no Comitê de Qualificação do Instituto Rui Barbosa (IRB), exercendo a coordenação de normas e procedimentos.

Aproximando o Tribunal da sociedade

Visita Cidadã Guiada

Visando abrir as portas do TCE-CE à sociedade, o IPC deu início em 2012 ao

programa de visitas guiadas ao Tribunal, para estudantes de instituições de ensino superior. Por meio de palestras, os alunos conhecem as atividades exercidas pelo TCE-CE e vivenciam a realização de julgamentos de processos na sessão plenária. A partir de 2016, o IPC ampliou esta ação, passando a recepcionar também estudantes do ensino médio no Tribunal. Até o momento, 1.130 estudantes foram recebidos no âmbito do programa, em 22 visitas realizadas.

Concurso Nacional de Monografias e Redações – Prêmio Ministro Plácido Castelo

Por iniciativa do IPC, foi instituído pelo TCE-CE em 2009 o Concurso Nacional de Monografias e Redações - *Prêmio Ministro Plácido Castelo*, com o objetivo de estimular o conhecimento em torno de temas relacionados à atuação dos tribunais de contas e ao controle dos gastos públicos. Até 2018, já ocorreram 9 edições do prêmio.

Revista Controle

A “Revista Controle – Doutrina e Artigos” é uma publicação do TCE-CE, criada de forma pioneira em 1998, sendo a primeira do país entre os tribunais de contas. Tinha originalmente objetivo de divulgar notícias institucionais do TCE-CE, bem como artigos técnicos de conselheiros e servidores do Tribunal com temas alusivos à área da atuação dos tribunais de contas. A partir de 2009, passou a ser editada pelo IPC, com periodicidade trimestral, e com uma nova proposta editorial, focada na divulgação de doutrinas e artigos de cunho técnico-científico, nas áreas de políticas públicas, controle governamental, gestão pública, direito, e outros assuntos correlatos. Desde então, já foram publicados 21 números. A Revista Controle conta com um conselho editorial composto de renomados expoentes nas áreas da administração pública, economia, contabilidade, ciência política e direito. Em todas as suas edições, tem recebido importantes contribuições de todo o país, por meio de artigos inéditos e com conteúdo de alto nível. Atualmente a publicação possui a certificação “Qualis B4” da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), na área de Administração Pública e de Empresas, Ciências Contábeis e Turismo.

Estímulo ao controle social

O Programa “Agente de Controle”, criado em 2008, visa fortalecer a interação entre o Tribunal e a sociedade, bem como realçar a relevância da participação do jovem cidadão no controle social. O programa atua por meio de palestras nas escolas públicas e privadas do Estado do Ceará. Assim, o programa busca contribuir com o aprimoramento das atividades de fiscalização da aplicação dos recursos públicos estaduais e municipais. Como apoio às atividades do programa, foi desenvolvida a cartilha “TCE-CE em Formando Cidadãos”, que apresenta o Tribunal em linguagem adequada ao público jovem.

Desde a criação do programa, 337 palestras foram realizadas para 36.250 alunos, participantes de 222 escolas, contemplando todos os municípios do estado. (números até outubro de 2018).

O programa obteve vários reconhecimentos, por meio de seleção e apresentação em eventos nacionais, e em 2014 conquistou o “Certificado de Honra ao Mérito do Prêmio Construindo a Nação”, pelo desenvolvimento do Programa Agente de Controle, recebido pelo IPC em 17 de março de 2014, em São Paulo-SP.

Reconhecimento

A atuação do IPC tem sido reconhecida em nível estadual e nacional, pela aprovação de trabalhos para apresentação em eventos da área pública, bem como pelo recebimento de honrosas premiações. Dentre as premiações, destacamos, além da citada anteriormente, o “Prêmio Destaque Político, Administrativo e Social 2017”, na categoria “Escola de Governo do Ceará”, em 4 de junho de 2017, na Assembleia Legislativa do Estado do Ceará.

Pesquisa

A pesquisa também está incluída no escopo de atuação do IPC. Com ela, pretende-se aprofundar o nível de conhecimento dos servidores do TCE-CE, contribuindo para reforçar as competências institucionais e aperfeiçoar o nível de qualidade dos

serviços prestados pelo Tribunal. Com isso, o IPC objetiva fomentar o interesse pela pesquisa no Tribunal, bem como ampliar os limites do conhecimento no campo do controle governamental, da gestão pública e áreas afins. Os projetos de pesquisa poderão ser desenvolvidos por grupo e área do saber, no âmbito interno do TCE-CE, por meio de seus servidores, dentro da administração pública estadual e municipal, e em parcerias com outras instituições, acadêmicas ou não, celebradas através de convênios, sempre sob a coordenação do IPC.

Visando concretizar essa área, o IPC implantou seu Núcleo de Pesquisas (NUPESQ). Por meio deste núcleo, o TCE-CE e a Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (Funcap) estão no momento trabalhando juntos em projetos para fomentar no Tribunal o desenvolvimento de pesquisas em áreas estratégicas de controle dos recursos públicos estaduais e municipais, tais como, avaliação de políticas públicas e prevenção de riscos e fraudes no setor público. A iniciativa busca, por meio do *know-how* de cientistas locais, uma integração entre os setores acadêmico, científico e governamental, por meio da criação de linhas de pesquisas no campo de controle externo do setor público.

Divulgando suas ações

Consciente da importância da divulgação de suas atividades, o IPC publica semestralmente o Informativo Controle, desde 2009. Antenado com as novas mídias, o IPC tem se preocupado desde o início em ampliar seus canais de comunicação. Lançou seu sítio corporativo em 2008, e em 2010, criou o Twitter Agente de Controle, para veicular suas ações no campo do estímulo ao controle social, junto ao meio estudantil e à sociedade de forma ampla. O IPC também está presente em outras mídias sociais tais como Facebook, Youtube e Instagram, onde divulga notícias e vídeos. Uma destacada ação de comunicação é o “IPC em 1 minuto” que consiste em vídeos curtos cobrindo eventos e ações desenvolvidas pelo IPC e pelo TCE-CE.

Conclusão

A boa prestação dos serviços pelos governos exige primordialmente uma sólida e

contínua capacitação dos seus servidores. Como prestadores de serviços, a administração pública depende fundamentalmente do seu corpo funcional para desempenhar adequadamente sua missão de atender as demandas da sociedade.

Neste sentido, os técnicos e gestores públicos precisam ser capacitados e desenvolvidos, em um processo educacional permanente, a fim de que os serviços públicos sejam prestados, com qualidade e efetividade, em benefício da população.

O TCE-CE, por intermédio do IPC, acredita que somente a educação em todos os sentidos, quer profissional ou acadêmica, pode transformar as pessoas e organizações.

Referências

Barreto, Maria Hilária de Sá; Camelo, Pedro Henrique Alves; Leão, Paulo Alcântara Saraiva. Programa Agente de Controle - Formando cidadãos para o controle social. Anais do II Encontro Técnico de Educação Corporativa dos Tribunais de Contas, 2011, Rio de Janeiro-RJ.

Castelo, Instituto Plácido. Relatório de Gestão do IPC, anos de 2008 a 2017. Tribunal de Contas do Estado do Ceará. Fortaleza-CE.

Castelo, Instituto Plácido. Projeto Político-Pedagógico-Andragógico. Tribunal de Contas do Estado do Ceará. Fortaleza-CE.

CEARÁ Lei nº 12.509/95, de 6 de dezembro de 1995. Lei Orgânica do TCE-CE. Tribunal de Contas do Estado do Ceará. Fortaleza-CE.

CEARÁ Resolução TCE-CE 2.722/2007, de 23 de outubro de 2007. Implementa o Instituto Escola de Contas e Capacitação Ministro Plácido Castelo. Tribunal de Contas do Estado do Ceará. Fortaleza-CE.

Figueiredo, Alexandre; Barreto, Hilária; Feitosa, Marcella; Camelo, Pedro Henrique. A experiência do Programa Agente de Controle no TCE-CE. Revista do Tribunal de

Contas do Município do Rio de Janeiro – TCMRJ Nº 44 Ano XXVII, 2010 - Maio, Rio de Janeiro-RJ.

Figueiredo, Alexandre; Leão, Paulo Alcântara Saraiva; Barreto, Maria Hilária de Sá; Bezerra, Francisco Otávio de Miranda. Capacitando e desenvolvendo servidores públicos para uma gestão pública de excelência – A experiência da Escola de Contas e Gestão Pública do TCE-CE. Revista Controle – Doutrina e Artigos, Tribunal de Contas do Estado do Ceará Volume XII – Nº 1 - Junho 2014, Fortaleza-CE.

Rocha, Enilton Ferreira; Leão, Paulo Alcântara Saraiva. Gestão da EAD: Sustentabilidade e Inovação no TCE-CE. In: 19º CIAED - Congresso Internacional ABED de Educação a Distância, 2013, Salvador-BA.